

Convocada greve geral pela Previdência!

No esquentado, professores paralisam em 15 de maio



No ato de São Paulo, greve em 14 de junho foi aprovada por unanimidade

Derrotada a tentativa de golpe na Venezuela

pág. 11

Juventude

JR do PT em campanha de filiação ao partido
pág. 2

Nacional

Bolsonaro quer facilitar as falcaturas da Lava Jato
pág. 8

Espanha

Resultado eleitoral revela a crise do regime
pág. 10



Lula Livre

Juventude Revolução em campanha de filiação

Jovens se filiam ao PT para defender os seus direitos

A Juventude Revolução do PT entrou com tudo na campanha de filiação ao partido. Com um panfleto próprio, a JR do PT chama os jovens a fortalecer o PT na luta por um futuro para a juventude, em defesa da previdência e por Lula Livre.

No processo do 7º Congresso do partido a JR do PT pretende se dirigir a toda juventude petista. Como disse um dirigente da organização: “combater pela filiação de jovens no PT, nesse momento em que se prepara o 7º Congresso, para que suas decisões correspondam à disposição da juventude de se agarrar ao partido para

defender seus direitos”.

Nesse caminho, é fundamental que o PT organize a luta concreta da juventude. O desemprego atinge 27% dos jovens entre 18 e 24 anos. As universidades públicas não dão as condições de permanência dos estudantes. A EC 95, que congela os gastos públicos, vai destruir a saúde e a educação. O aumento do transporte em várias capitais restringe o acesso ao lazer, à cultura e arte. Nos bairros de periferia, os jovens negros morrem diariamente, vítimas da PM ou do tráfico, sem oportunidades e sem direito a um futuro.

Lutando e filiando

A Juventude Revolução do PT participou e ajudou na organização de uma mobilização de estudantes do curso de Pedagogia da UFBA para lutar contra o aumento da tarifa de ônibus em Salvador (BA), parando o trânsito na frente da faculdade. Cartazes, megafone, muita disposição e diálogo com todos que passavam. A animação da galera foi positiva e contagiou! Dezenas de estudantes que passavam, apoiavam a manifestação!

Nessa luta, duas estudantes do curso de Pedagogia se filiaram ao PT. Maria Clara afirmou que se motivou a filiar

porque “reconhece a importância do PT na vida do povo, mesmo tendo críticas ao partido”. Ana explicou que achou necessário se filiar por causa do “desconforto acerca do contexto social”, e que o PT é um meio de combater esse cenário.

Estão corretas! Com o PT, combateremos a reforma da previdência e lutaremos pela liberdade de Lula! Com o PT, fortaleceremos a luta do povo, defendendo os direitos! Em Salvador, no ato de 1º de maio, a Juventude Revolução do PT filiou 17 jovens ao partido.

Rodrigo Lantyer

“Inimigos da educação”

MEC corta verbas das federais, UNE convoca atos no 15 de maio

Longo depois de anunciar que vai reduzir os investimentos na área de humanas, o governo ataca novamente as universidades cortando mais verbas. Bloquearam 30% da UNB, UFBA e UFF por conta de queda no desempenho e “balbúrdia”, dessas universidades, segundo o ministro da educação Abraham Weintraub. No fundo, o governo ataca a educação e mira a resistência para tentar intimidar o movimento que se mantém vivo nas instituições de ensino.

“Universidades no limite”

O corte de 5,8 bilhões na educação é parte do pacote de maldades do governo que tesourou o orçamento para satisfazer aos interesses do mercado. O presidente da Associação de reitores das federais Reinaldo Centoducatte alerta que “as universidades estão há anos no limite da capacidade”. A UFSC, por exemplo, terá neste ano apenas 20% do orçamento de 2016. Os cortes atingem em cheio o funcionamento, pois reduz verba para pagar luz, água, limpeza e bolsas estudantis.

Corte tem caráter punitivo

Segundo a Associação docente da UNB o corte lá tem “caráter punitivo em relação a atos políticos”. Isso porque no dia 25 de abril, mais de 2 mil pessoas compareceram ao ato organizado pelo Centro Acadêmico de Direito com Haddad em defesa da educação onde também se gritou Lula Livre. Não é demais lembrar também que a UFBA sediou em fevereiro a Bial e o Conselho de Entidades de base da UNE onde ocorreram manifestações inequívocas em defesa das universidades com a presença de reitores. O incômodo do governo é visível e a tal queda no desempenho acadêmico



Haddad na UnB, 25 de abril, uma das universidades perseguidas pelo ministro da Educação

dessas três universidades não corresponde à realidade. Segundo o principal ranking universitário internacional (Times Higher Education - THE) estas universidades melhoraram produção e subiram no ranking.

Frente à repercussão de rechaço à declaração do tal ministro da Educação, o MEC voltou atrás e disse que agora vai cortar 30% de todas as Federais, em função do contingenciamento do orçamento, sem distinção.

Engrossar dia 15 de maio

A UNE que também repudiou a retaliação, declarou Bolsonaro e Weintraub como “inimigos da educação” e convocou os estudantes para uma ampla mobilização com assembleias e reuniões para engrossar dia 15 de maio, greve nacional convocada pela Confederação dos trabalhadores em educação (CNTE-CUT). Sim, esse é o caminho, fortalecer a resistência e ampliar a luta em defesa dos direitos.

José Paulo

A UNE bajulando o STF?!

Depois de assinar documento em defesa do tribunal, agora visita Toffoli



“A partir da esquerda o secretário geral, a vice e a presidente da UNE com Toffoli no STF”

No último dia 25 a mesa diretora da UNE - a presidente (UJS, ligada ao PCdoB), a vice (Levante, ligada a Consulta Popular) e a secretaria geral (Kizomba, ligada a DS PT) -, esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) para uma audiência. A matéria no site assinada pela presidente Mariana Dias diz que foi um “diálogo institucional para defesa da democracia e da Constituição de 88”.

Não está errado pautar institucionalmente as demandas do movimento como a autonomia universitária desrespeitada pelo governo, a garantia das liberdades democráticas, as ameaças contra UNE, etc. O que não dá, é usar deste pretexto para defender o STF que segundo Mariana, que já assinara manifesto em defesa desta instituição, é o “guardião da Constituição Federal”. Mas com que mandato afirma tal posição? Porque não exigiram a Liberdade de Lula, conforme decisão dos fóruns da UNE? Na verdade, Mariana estava expressando a posição de seu Partido, o PCdoB. Como explica Ricardo Capelli, ex-presidente da UNE, refletindo a posição do PCdoB, “defender o STF

é a tarefa democrática do momento”.

Mariana diz que a defesa da democracia é marca da UNE que teve “dirigentes mortos, torturados e perseguidos pela ditadura civil-militar”. Correto. Mas, não foi esse “guardião da democracia” que anistiou torturadores do regime militar que assassinaram dirigentes estudantis como Honestino Guimarães e Edson Luís? Não foi este tribunal que, sob a luz da Constituição de 88, coordenou os trabalhos do golpe do impeachment contra a Dilma e, agora seu presidente, Dias Toffoli, bajula Bolsonaro que está saqueando o país e retirando direitos?

Ora, o STF está mais para guardião dos golpes de estado e do atropelo dos direitos constitucionais conquistados nas lutas. Por isso Lula é mantido preso, com a anuência do STF. Na defesa da democracia, a tarefa da hora é lutar pela liberdade de Lula, e não bajular o STF, o supremo tribunal do poder Judiciário que o condenou sem provas.

Hélio Barreto

Um passo importante

A classe trabalhadora, através de suas organizações, deu mais um passo importante na luta para derrotar a contrarreforma da Previdência que está em tramitação no Congresso Nacional.

Nos atos deste 1º de maio, as centrais sindicais, unificadas, convocaram uma greve geral no dia 14 de junho. Um mês antes desta data, os trabalhadores da educação fazem um dia de greve nacional, em 15 de maio. A greve dos professores em defesa da aposentadoria, pode ser uma poderosa alavanca na construção do movimento geral de todos os trabalhadores. Todo apoio aos professores!

É a luta da classe trabalhadora, com suas organizações unidas e atraindo todos os setores populares que pode frear a tentativa do governo de destruir a Previdência.

Essa batalha é mãe de todas as batalhas para evitar que Bolsonaro, os escroques que o cercam, e as instituições que lhe servem de pilares, sigam em frente no desastre nacional que almejam, cujo cerne está na entrega de 1 trilhão de reais, como alardeia Paulo Guedes, à especulação financeira, às custas dos direitos.

A derrota da PEC de Bolsonaro, além de preservar direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, será um poderoso escudo contra o conjunto dos ataques implementados e previstos pelo atual governo.

O apoio à Trump no cerco à Venezuela, inclusive ao fracassado golpe tentado em 30 de abril, a ânsia de entregar nossa soberania, o estrangulamento das universidades e as perseguições políticas na Educação, enfim, razões não faltam para criar as condições de impor uma derrota a esse governo que visa

15 DE MAIO, O ESQUENTA PARA A GREVE GERAL DE 14 DE JUNHO

transformar o país em quintal dos EUA, os trabalhadores brasileiros e todas as camadas oprimidas num povo sem direitos.

A greve geral é de responsabilidade primeira dos sindicatos e centrais, mas engaja a responsabilidade de todos que lutam em defesa dos direitos e da democracia.

O PT, em particular, com a resolução unânime de sua direção nacional contra a PEC da Previdência, pode e deve jogar um papel maior nesta batalha. Por isso mesmo que é definido como “inimigo comum” dos lacaios

do imperialismo, e sofre uma feroz perseguição, onde a chave é manutenção de Lula, do PT, como preso político. A luta em defesa da Previdência se liga à luta pela libertação de Lula.

Nesta batalha, todos os militantes do PT têm um lugar a ocupar. Como estão fazendo os grupos de base do Diálogo e Ação Petista, em cada bairro, escola, local de trabalho, nas próximas semanas a tarefa da hora é ir dialogar com o povo.

O abaixo-assinado dirigido aos deputados federais para que votem “Não” à PEC é um excelente instrumento para este diálogo. Todas as experiências feitas atestam a grande adesão. Está aí o ponto de apoio para ajudar a construir uma grande greve em 14 de junho.

Os acontecimentos de 30 de abril na Venezuela, articulado diretamente por agentes do governo Trump, provam que o imperialismo não dará tréguas na sua marcha à destruição, mesmo se o golpe fracassou. E fracassou porque 30 de abril mostrou também que o povo trabalhador venezuelano está disposto a lutar para se defender e vencer: Trump, tire as patas da Venezuela!

Os trabalhadores brasileiros, irmanados aos da Venezuela, estão dispostos a lutar contra o bombardeio imperialista aos seus direitos e vencer. Todos juntos, vamos dizer alto e em bom som: tirem as mãos da Previdência!



19/04: Durante ato por ocasião dos 39 anos da prisão de dirigentes metalúrgicos do ABC Paulista, Djalma Bom, um dos presos na ocasião e hoje impulsionador da campanha Lula Livre, lê a edição 845 de O Trabalho

DESEMPREGO

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que o Brasil perdeu 43.196 postos de trabalho com carteira assinada em março. Os dados foram divulgados em 24 de abril, em Brasília. E o desemprego cresce. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação no 1º trimestre do ano cresceu de 11,6% no último trimestre de 2018, para 12,7%, o que significa 13,4 milhões de pessoas.

REJEIÇÃO A BOLSONARO AUMENTA

Segundo pesquisa do IBOPE publicada em 24 de abril há um aumento na rejeição do governo Bolsonaro. No levantamento anterior 24% rejeitavam o governo, agora são 27%. Notável é que a rejeição é maior nas grandes cidades e entre os mais pobres.

CENSURA A BOFF

Leonardo Boff foi proibido pelo Inca (Instituto Nacional do Câncer), no Rio de Janeiro, de dar sua tradicional palestra aos pacientes e familiares com cancer. Desde 2000 Boff ministra todos os anos a palestra no Inca. Porém, este ano ele foi proibido pelo instituto por ser contrário ao governo de Jair Bolsonaro.

Memória

PELA LIBERTAÇÃO DE LULA E DOS DEMAIS SINDICALISTAS

A luta pela libertação de Lula e dos demais dirigentes sindicais presos é a tarefa central colocada para os trabalhadores, seus partidos e seus dirigentes, para todo o povo brasileiro. Com estas prisões, com as ameaças de condenar as lideranças a seis meses e até dois anos de prisão, o regime pretende impor um recuo ao conjunto das posições conquistadas pela classe operária nos últimos anos. Por isso é necessário que todos assumam a campanha nacional que vem sendo levada pelo Comitê de Solidariedade, o abaixo-assinado, os atos públicos (...). Enquanto eles estiverem na cadeia, a ditadura terá consigo vários reféns da luta do povo brasileiro para acabar com este regime, para ter uma vida digna.

O Trabalho nº 60 – 13/5/1980



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Reforma da Previdência pode ser derrotada

Atraso na tramitação é efeito e causa de resistência

Nas edições anteriores mostramos que essa reforma centrada na capitalização individual quer destruir a principal conquista previdenciária dos trabalhadores, que é a obrigação do patrão contribuir hoje, para o trabalhador receber no futuro a sua aposentadoria (salário diferido).

A oposição evitou o engodo de um projeto alternativo, e se vê crescer a resistência contra a reforma.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), no encontro dos governadores do Nordeste, anunciou a “importância da reforma proposta por Bolsonaro” ressaltando que “eram contra alguns tópicos, como o regime de capitalização e as regras para a aposentadoria rural”.

Mas em 22 de março o PT fechou posição contra a PEC 06 e seus governadores em geral acompanharam a resolução do Diretório. Assim, a tática do PCdoB e do PDT de “desidratar” a PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) não progrediu. A luta

frontal comandada pelo PT deu o tom, apoiada no sentimento popular e na fragilização do governo. Atrasou por 60 dias essa etapa, que tomou 10 na reforma de Temer.

Comissão Especial

Finalmente, a maioria pró-reforma aprovou a sua “constitucionalidade”, função da CCJ, e a PEC passou a tramitar na Comissão Especial, ao cabo da qual irá a plenário, talvez no 2º semestre.

Agora, se discutirão emendas. Se sabe, Bolsonaro mesmo repete, que várias partes serão mexidas. Os partidos do “centrão” falam de manter o Benefício de Prestação Continuada, a regra dos rurais e também algumas regras de acesso a direitos que, desconstitucionalizadas (tiradas da Constituição) seriam degradadas depois, por maioria simples. Também há quem queira suavizar alíquotas, ou alguma transição no aumento da idade mínima, ou para as mulheres,

ou para professores etc.

O perigo é fragmentar a resistência, até aqui unificada, contra a reforma. O risco é setorializar demandas em emendas de deputados, e a reforma acabar aprovada. Sobraria explicar que se evitou o “mal maior”...

A tática parlamentar do PT nesta etapa é opor uma quantidade de emendas supressivas para obstruir, atrasar ou inviabilizar. Ela ajudará a esclarecer os malefícios e dará tempo à luta, com abaixo-assinado, atos e passeatas, até chegar à greve - greve da educação 15 de maio, greve geral 14 de junho - constranger a maioria parlamentar e derrotar a PEC.

Guilherme Boulos, em nome do MTST (não do PSOL), anunciou “idéias de um projeto alternativo para as bancadas partidárias, sobretudo da oposição, para que sejam apresentadas e contempladas no debate geral. O eixo geral é enfrentar os privilégios de verdade” (site Época 19/04/19). É um passo atrás na luta global contra

a PEC, arrisca criar divisão.

Há muita coisa em jogo, o PT deve seguir a resolução do DN, e o movimento sindical tem o papel maior de mobilizar a força social para derrotar Bolsonaro na reforma.

Governo da Bahia corta salário

Docentes seguem em greve por reajuste

Há um mês, os docentes das universidades estaduais baianas estão em greve por reajuste salarial e outras pautas. O governo tinha se comprometido na negociação a enviar um projeto de lei destravando parcialmente promoções e progressões, retomar os pagamentos de transporte na UNEB e instalar uma mesa sobre outros temas. Mas continua intransigente sobre o salário, mesmo uma recomposição escalonada.

O problema é que o governador Rui Costa (PT) resolveu cortar os dias de greve, interrompendo unilateralmente as negociações. Jogou gasolina no incêndio.

A Associação docente da UNEB denunciou que “a postura autoritária aumentou a indignação em virtude da construção histórica do PT na perspectiva de defesa dos direitos dos trabalhadores, o próprio governador tem sua trajetória na vida sindical. Essa postura não expressa a expectativas que lhe deram expressiva vitória nas últimas eleições”.

Tem razão, pois a atitude contra o direito de greve choca a sua base social.

A categoria mobilizada reafirmou a greve, recebeu apoio das centrais sindicais CUT e CTB, e entidades do funcionalismo que também reivindicam negociação salarial, há 4 anos sem reajuste.

A atitude de Rui vai na contramão do que o PT pode esperar do seu governador. Surpreendeu a bancada de deputados, que intermediava negociações, e a própria executiva que defende o diálogo. Submetido a pressão fiscal, Rui deveria criar um quadro de negociação com os servidores, no qual possa se apoiar para enfrentar as restrições da política recessiva do governo Bolsonaro que deprime a arrecadação do Estado e rever os favores fiscais às empresas. Nunca esmagar os servidores estaduais, uma base potencial para resistir. Ainda mais no momento da construção do grande movimento contra a reforma da Previdência de Bolsonaro.

“Unidade Progressista”?

Grupo teria sido criado por Haddad, Dino e Boulos

O Estadão (20.04.19) noticiou que uma “recém-criada Unidade Progressista tem chamado a atenção entre lideranças da centro-esquerda pelo perfil de seus integrantes e, principalmente, por não ter a participação formal de partidos políticos. Composta pelos ex-candidatos à Presidência Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL); o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), o ex-governador da Paraíba Ricardo Coutinho (PSB) e a vice de Boulos, Sonia Guajajara”. Ela “se reuniu uma vez e produziu dois artigos”. Segundo o jornal, “a expectativa é atrair também os ex-presidenciais Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede)”.

Boulos diz que “um dos objetivos é fazer um gesto simbólico a favor da unidade dos progressistas”. Para Haddad, “o que a gente quer é ter visibilidade pública de que existe um campo de forças a ser considerado”. Para o jornal a coisa “é vista como uma opção de médio prazo aos desgastados partidos políticos de esquerda”.

Dias depois, o jornal Valor (24.04.19) estampou em manchete que “Ciro e Marina rejeitam união com PT contra Bolsonaro”, pois defendem uma “oposição propositiva”, explica Ciro, “em vez de tigrão e tchutchuca, é necessário racionalizar o debate”.



Fernando Haddad, Guilherme Boulos, Sonia Guajajara, Flávio Dino e Ricardo Coutinho

É preciso clarificar

A discussão é necessária entre os petistas, especialmente na direção do partido, pois envolve a sua liderança pública.

Para que pode servir realmente essa articulação “sem participação formal dos partidos”, senão para evoluir a sua “visibilidade pública” (Haddad) para uma “opção aos partidos de esquerda”?

Todo militante ou liderança tem o direito de propor novos caminhos, inclusive esta “unidade progressista” da qual os citados evitam cuidadosamente falar em frente, eleitoral ou não.

Líderes podem propor, mas um partido sério como o PT deve debater

a proposta das lideranças, para que os militantes não se sintam traficados. Que opção é essa, senão outro partido? Sem preconceitos, debatamos para clarificar, realmente há muita crítica aos partidos de esquerda.

Mas uma coisa é certa, e Ciro-Marina sabem bem: se for para fugir da polarização, não desmascarar as tchuchucas que se pretendem tigrões, falando claro, se for para conciliar com Bolsonaro, realmente, não contem com o PT.

Não será “progressista” e não haverá “unidade” para isso, seja lá o que isso for.

Markus Sokol

Paulo Riela



HORA DE LUTAR, HORA DE CONSTRUIR

Defender a Previdência, derrotar Bolsonaro, garantir Lula livre e fortalecer o PT

Num momento em que os trabalhadores saem às ruas e mostram disposição de defender seus direitos e derrotar os planos do mercado financeiro e do governo Bolsonaro, o Diálogo e Ação Petista conclama todos os

milитantes a entrarem de cabeça nessa luta.

É a hora de derrotar a contrarreforma da Previdência, aprofundar o combate pela liberdade de Lula e, neste processo, chamar os trabalhadores e jovens para o PT, que

prepara agora seu 7º Congresso.

O DAP e seus grupos de base terão um papel importante, defendendo um PT de luta, fazendo filiações e organizando banquinhas de abaixo-assinados em defesa das aposentadorias. À luta.

ORGANIZAR OS GRUPOS DE BASE

Os grupos de base do Diálogo e Ação Petista podem e devem ocupar seu lugar, tomando a iniciativa da luta, constituindo-se em referência para todos os petistas que se dispõem a lutar. Os grupos de base podem e devem se multiplicar, nas diversas categorias de trabalhadores, nas escolas, nos bairros.

Tarefas não faltam. Na luta contra o governo Bolsonaro, as banquinhas

com o abaixo-assinado em defesa da Previdência são um excelente instrumento para dialogar com os trabalhadores nas ruas e nos locais de trabalho. São também um meio de, neste diálogo, mostrar a relação entre os ataques aos direitos dos trabalhadores e a prisão de Lula, alimentando assim a luta em defesa da liberdade do ex-presidente.

Os grupos de base podem se inte-

grar às atividades já chamadas pelo PT neste sentido ou então tomar eles próprios a iniciativa de montar essas banquinhas.

No terreno da construção partidária, os grupos de base devem sair à frente propondo a trabalhadores e jovens que se filiem ao PT, com base nos pontos políticos apresentados pelo DAP (ver ao lado).

ENCONTROS ESTADUAIS DO DAP



70 militantes no encontro estadual do DAP de Pernambuco



Encontro estadual do DAP Goiás decide fazer 300 novas filiações do PT

Em vários estados, o Diálogo e Ação Petista está realizando encontros estaduais, que têm sido um momento rico de debate político e de organização.

PERNAMBUCO - No dia 13 de abril, em Recife, no auditório do Movimento dos Trabalhadores Cristãos, ocorreu o Encontro Estadual do DAP de Pernambuco, com 70 participantes.

Na mesa, Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT e Comitê Nacional do DAP; o ex-deputado federal Fernando Ferro, do Avante 21; Edmilson Menezes, da Executiva estadual do PT e da Coordenação Estadual do DAP; e Jacqueline Albuquerque, do DAP de Recife.

O presidente estadual do PT, Glauco Lima, fez uma saudação ao encontro, discorrendo sobre a conjuntura e os desafios do PT e afirmando que discussões como as que faz o DAP eram muito importantes para contribuir com o debate dentro do partido.

Sokol fez uma análise da conjuntura, decorrendo dela as iniciativas práticas na luta contra a reforma da Previdência e a campanha Lula Livre, além da orientação política do DAP no processo do 7º Congresso do PT.

Em seguida, Ferro dialogou com o quadro da situação política e das iniciativas propostas por Sokol.

Aberta a palavra ao plenário, 17 presentes se inscreveram, entre eles Pedro Alcântara, secretário estadual da JPT-PE, que disse que “a questão central é a gente casar a luta por Lula Livre com a luta contra a reforma da Previdência, como defende o DAP (...), e a JPT está organizando pra próxima semana alguns atos pelo Lula Livre e nós vamos incorporar as bancas com o abaixo-assinado contra a reforma da Previdência”.

Após as falas, os coordenadores dos grupos de base deram informes sobre suas atividades.

GOIÁS - O Encontro Estadual do DAP de Goiás, com cerca de 30 participantes, ocorreu dia 28 de abril, em Goiânia. Além dos militantes da capital, participaram representantes de Catalão e Novo Gama, além de dois companheiros de Brasília.

Foi eleita uma nova coordenação estadual do DAP de Goiás (Thelma e Humberto de Goiânia, Luiz de Catalão, Francisco do Novo Gama) e aprovado um objetivo de 300 filiações ao PT, em várias cidades.

OUTROS ESTADOS - O DAP Bahia terá seu encontro estadual dia 4 de maio, em Feira de Santana, com a participação de Luiz Eduardo Greenhalgh, do Comitê Nacional do DAP. O debate político será pela manhã. À tarde, reúnem-se os grupos de base.

No Rio Grande do Sul, o encontro será no dia 5, às 14 horas, na sede do CPERS (sindicato dos professores da rede estadual).

FILIE-SE AO PT E LUTE CONOSCO!

“O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares”.

(Manifesto de Fundação do PT)

1. Contra o governo Bolsonaro e a Reforma da Previdência, em defesa da aposentadoria digna;

2. Por Lula Livre, em defesa da democracia e dos direitos do povo;

3. Contra o desemprego, pelo aumento do salário mínimo, em defesa das organizações sindicais e populares;

4. Em defesa da educação pública, da qualificação dos serviços públicos e da retomada dos programas sociais abandonados pelos governos Temer e Bolsonaro;

5. Em defesa da soberania nacional, da Petrobras e do PréSal e contra a submissão do Brasil às potências imperialistas;

6. Em defesa dos quilombos, dos sem-terra, dos sem-teto e dos povos indígenas;

7. Em defesa das mulheres e da ampliação dos seus direitos;

8. Em defesa da juventude e de seus anseios e pela liberdade de ensino;

9. Contra o obscurantismo, em defesa da arte e da cultura;

10. Pela solidariedade internacional entre os povos em defesa da autodeterminação e da soberania do povo venezuelano contra o imperialismo;

11. Por candidaturas próprias do PT numa frente anti-imperialista contra Bolsonaro nas eleições;

12. Por um governo democrático e popular, encabeçado pelo PT, que faça as reformas necessárias ao pleno desenvolvimento do Brasil, como a agrária, da mídia, política, jurídica, que taxe as grandes fortunas e revogue a reforma trabalhista e as leis antipopulares de Temer e Bolsonaro;

13. Em defesa do PT, por um partido democrático, popular e socialista onde a direção preste regularmente contas de seus atos aos militantes e filiados.

Esse é o ideário do Diálogo e Ação Petista. Junte-se ao DAP. www.petista.org.br

Observação: lembramos que só os filiados até 8 de junho poderão participar do PED.

Atos de 1º de Maio: agora é preparar, desco

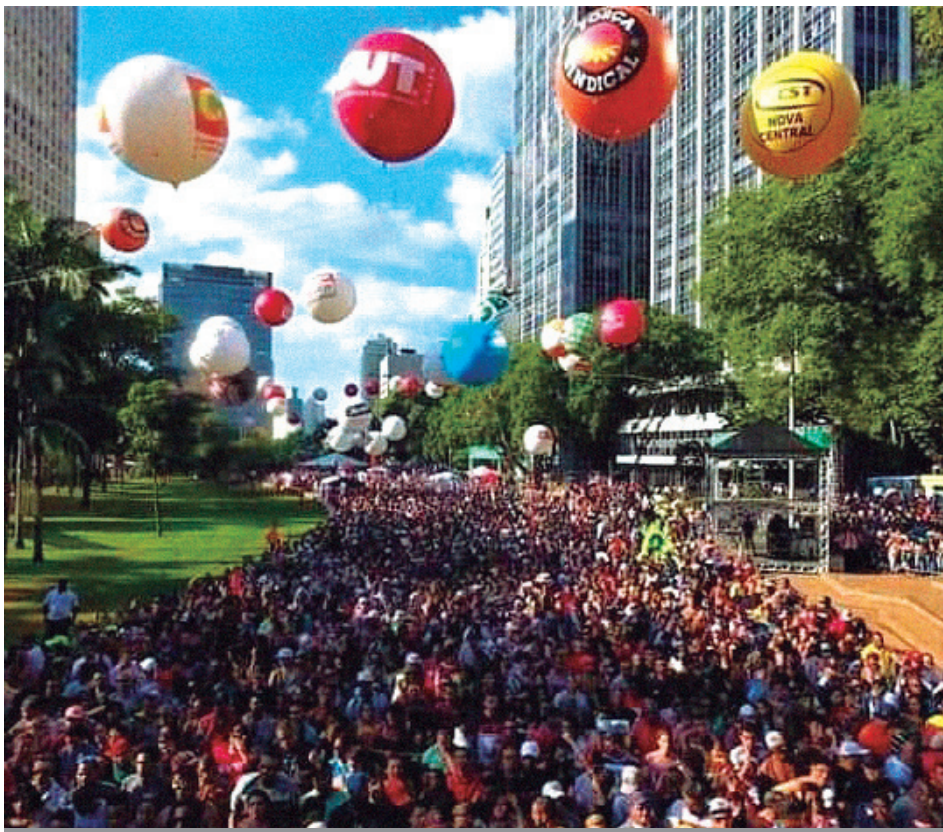
Greve nacional da Educação em 15 de maio será abraçada

Os atos do Dia Internacional de luta da classe trabalhadora foram realizados em todo o país num cenário particular.

Às vésperas do 1º de Maio, a Argentina foi paralisada por uma greve geral de 24 horas em 30 de abril, convocada pelas duas CTAs (Central de Trabalhadores da Argentina) e que ganhou adesão de vários sindicatos de base da CGT (Confederação Geral do Trabalho), contra a política do governo Macri que ataca os empregos, salários e conquistas dos trabalhadores, da mesma forma que a política de Bolsonaro.

Também em 30 de abril, uma nova tentativa de golpe de Estado na Venezuela (ver na página 11) era derrotada pelo governo Maduro, desapontando Trump e os governos a seu serviço no continente.

Aqui no Brasil a CUT e demais centrais sindicais, de forma unitária, convocaram a greve geral contra o



1º de maio no Vale do Anhangabaú - São Paulo

REMOVER OBSTÁCULOS

É preciso constatar que a unidade das centrais não ocorreu em todos os atos ao longo do país. Mesmo em São Paulo, em declarações a jornalistas (pois não tomaram a palavra no ato), o deputado Paulinho da Força (Solidariedade) e o presidente da UGT, Ricardo Patah, destoaram do clima geral.

Paulinho disse que “é preciso negociar”, pois “a esquerda não tem força para barrar a reforma”. Já Patah falou que insiste no “diálogo” com o governo Bolsonaro, sem endossar o chamado à greve geral que o representante de sua central havia feito em sua fala.

O que não surpreende quem conhece o movimento sindical brasileiro, mas deve nos alertar que é preciso uma pressão que venha das bases para que certos dirigentes não sejam obstáculos à luta para derrotar Bolsonaro e o “mercado” na questão central, que é a Previdência.

Numa nova demonstração do tipo de “diálogo” que interessa a Bolsonaro, sua fala de 1º de Maio em cadeia nacional foi dirigida aos empresários, aos quais dedicou uma Medida Provisória de “plena liberdade econômica”, sem sequer mencionar as palavras “trabalhador”, “direitos” ou “desemprego”, que já superou os 13 milhões (veja na próxima página a situação em Volta Redonda/RJ).

desmanche da Previdência para 14 de junho, antecipada por uma greve nacional dos trabalhadores em Educação em 15 de maio.

O maior dos atos reuniu dezenas de milhares de manifestantes em São Paulo, no vale do Anhangabaú. As falas de representantes das frentes

Brasil Popular e Povo sem Medo, de sindicalistas da CUT e outras centrais, de partidos políticos (além de Gleisi Hoffman pelo PT, também Haddad tomou a palavra), ecoaram o Lula Livre, presente também em pirulitos e faixas levadas pelos trabalhadores.

Vagner Freitas da CUT, ao lado

dos presidentes das demais centrais, submeteu a voto a proposta de greve geral em 14 de junho contra a “reforma” da Previdência de Bolsonaro: “Está aprovado! O Brasil irá parar em defesa do direito à aposentadoria dos brasileiros e das brasileiras. A única forma de barrar essa reforma é fazer o enfrentamento nas ruas. É greve geral”.

Durante a realização do Ato, milhares de adesões ao abaixo-assinado das centrais que exige o voto “Não” dos parlamentares à PEC 06 (Previdência) foram recolhidas em banquinhas, dentre elas a do Diálogo e Ação Petista, espalhadas pelo Vale do Anhangabaú.

Até o 14 de junho é preciso intensificar o trabalho nas bases sindicais e bairros populares de preparação da greve geral. O abaixo-assinado tem se demonstrado um instrumento importante para o diálogo com o povo, que, uma vez esclarecido dos efeitos nefastos da “nova Previdência” de Bolsonaro e Guedes, faz fila para assiná-lo.

Todos os sindicatos estão chamados a fazerem assembleias que decidam pela greve geral, pois é a mobilização por baixo que vai garantir o sucesso da mobilização para derrotar o desmanche da Previdência pública e solidária.

Julio Turra

1º de maio pelo Brasil

Em vários estados bancas colhem milhares de assinaturas pelo “Não” à PEC

No Rio de Janeiro milhares se concentraram na Praça Mauá desde a parte da manhã, onde várias bancas e pessoas de prancheta em mãos recolhiam assinaturas ao abaixo-assinado em defesa da Previdência. Em Volta Redonda, no interior do estado, após panfletagem na porta da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), um grupo de jovens e sindicalistas foram panfletar na fila do desemprego. O relato é que, tanto na CSN quanto na fila do desemprego, a recepção ao material e ao abaixo-assinado foi muito boa (ver pag. 7).

Em Minas Gerais, além dos atos em Contagem (região metropolitana de Belo Horizonte), Juiz de Fora e Uberlândia, na cidade de Mutum houve um debate sobre a Previdência na Câmara Municipal, por iniciativa do DAP e de vereadores do PT.

Em Porto Alegre foi realizada uma marcha pelo centro da cidade, com cerca de 10 mil pessoas. Durante o ato foi reafirmado que as entidades filiadas à CUT assumiram coletar 300 mil assinaturas ao abaixo-assinado em defesa da Previdência no estado. O presidente



1º de maio na praça Mauá - Rio de Janeiro

da CUT RS, Claudir Nespolo, enfatizou na sua fala que é necessário continuar debatendo com os trabalhadores sobre a prisão injusta de Lula e a necessidade de sua libertação.

Em Fortaleza também houve caminhada, pela orla. Palavra de ordem

de boa repercussão, “é geral, é geral, o campo e a cidade vão fazer greve geral” foi entoada com entusiasmo. O DAP montou banca de filiação ao PT no fim da marcha, onde houve concentração e shows (segue página ao lado).

de as bases, a greve geral em 14 de junho!

a como um “esquenta” para a mobilização de toda a classe

Em Recife, no ato na praça Derby, o presidente da CUT estadual Paulo Rocha ressaltou a unidade histórica entre as centrais na luta em defesa da previdência e a importância de se ter convocado a greve geral de 14 de junho.

Na Bahia houve atos em Salvador e em cidades do interior. No ato da capital o presidente da CUT Bahia, Cedro Silva afirmou que “fazemos o primeiro de maio não só para ouvir música e dançar, mas para denunciar o desmonte do país, a

destruição dos projetos sociais, o fim do ensino público. É por isso que dizemos não à reforma da Previdência, por que a economia que querem fazer de um trilhão é em cima dos 85% mais pobres!”. No mesmo ato o comerciante Edmundo Santos, 59 anos, que há 30 anos vende caldo de cana na Barra, que olhava atento toda a movimentação, afirmou: “o povo precisa acordar, estou nessa idade e nem sei se agora vou me aposentar, diminuiu minhas vendas e o prefeito ainda

quer me tirar aqui da Barra que é bairro de rico, e eu vou viver de quê? [...] Tomara que Lula seja solto e volte logo, para os trabalhadores terem uma vida melhor!”. Em Feira de Santana também houve banca do DAP com abaixo-assinado e filiações ao PT.

Correspondentes



Em Feira de Santana, coleta de assinaturas

Professores vão parar em defesa da aposentadoria

CNTE e CONTEE chamam greve nacional da Educação em 15 de maio

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, filiada à CUT) realizou de 22 a 26 de abril a 20ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública que teve como objetivo denunciar a situação na qual se encontra a educação no país. De norte a sul houve mobilizações, paralisações, assembleias, demonstrando uma enorme disposição de luta frente aos ataques desenvolvidos pelo governo Bolsonaro. As assembleias ratificaram a proposta do Conselho da CNTE. A CNTE reúne em sua base quatro milhões de professores e técnicos educacionais, uma força considerável da luta para barrar estes ataques.

No calendário proposto pela CNTE está o dia 15 de maio como greve geral na educação básica, buscando outras categorias para se somar na luta e se colocam à disposição para construir a greve geral do conjunto dos trabalhadores contra a reforma da Previdência do Bolsonaro que atinge duramente os professores.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE, que representa os professores da rede privada de educação) aderiu à greve nacional da educação.

O Presidente da CNTE, Heleno Araújo, em Audiência Pública no Congresso deixou claro: “não retirando a proposta,



26 de abril: assembleia da APEOESP aprova greve em 15 de maio

no dia 15 de maio vamos parar todo o país, na perspectiva de avançar pela justiça e pelos direitos dos profissionais da educação” (site da CUT). Dias depois a maioria dos deputados na Comissão de Constituição de Comissão e Justiça (CCJ) deram parecer favorável a tramitação da PEC 06/19, da reforma da Previdência. Portanto a greve da educação é mais do que necessária para defender as aposentadorias dos professores.

Um dia nacional de luta

A CUT em sua reunião da Direção Nacional de 23 e 24 de abril, decidiu dar todo apoio à greve geral da educação e convoca as demais categorias a construir nesta data um Dia Nacional de

Luta Contra a Reforma da Previdência, passo fundamental na construção da Greve Geral para 14 de junho aprovada nos atos de 1º de maio (ver pá.6).

Em São Paulo, os professores realizaram assembleia no dia 26 de abril e tomaram a decisão de aderir à greve geral da educação, em luta também no estado exigindo do governo João Doria (PSDB) o atendimento de suas reivindicações. Reinaldo Matos (direção da APEOESP, sindicato da categoria), explica: “vamos à luta nacional na greve geral dia 15 de maio contra a reforma da Previdência e também exigimos nossas reivindicações como reajuste 14,54%, aplicação da lei do piso, exigência do cumprimento da meta 17

quanto à contratação de professores da categoria ‘O’ garantido direito para esses professores e combate a violência nas escolas”.

De Temer a Bolsonaro: ataques à Educação

O ataque à Educação se desenvolve desde o governo Temer quando aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016 e a Reforma do Ensino Médio. O governo Bolsonaro, que resolveu transformar a Educação e os seus trabalhadores em inimigos, não poupa ataques: projetos de militarização das escolas, o chamado “Escola sem Partido”, que pretende calar os professores, abandono das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no que diz respeito ao financiamento da educação, formação profissional, pisos salariais para os profissionais da educação. Uma política em cuja linha de frente está o ministro da Educação Abraham Weintraub. Embora seja professor licenciado da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), é um economista que na iniciativa privada prestou serviços por 18 anos ao Banco Votorantim e foi sócio de uma consultoria, a Quest Investimentos. Nessas mãos foi entregue a Educação!

João B. Gomes

Volta Redonda: o drama do desemprego

No 1º de maio, 40 mil disputam menos de 2000 vagas

Fila quilométrica cortando dois bairros da cidade e 40 mil trabalhadores na espera por uma vaga de emprego nesse 1º de maio! Era o chamado “Mutirão do Emprego” organizado pela prefeitura, convocado como forma de “comemoração” ao dia do trabalhador. O número de vagas não abrangia nem 5% dos

que estavam na espera. Há dois dias havia pessoas acampando na fila. O número de pessoas dormindo na calçada, no ponto de ônibus, montando barracas ou até mesmo dormindo nos carros, era assustador. Ficou evidente que a maioria era de jovens. Muitos tentando o primeiro emprego, outros tentando retornar

ao mercado de trabalho. Essa é a marca do Brasil de Bolsonaro! Esse governo que é responsável pelo aumento do índice de desemprego é o mesmo que defende a carteira de trabalho verde e amarela, sem direitos trabalhistas! É o mesmo governo que quer sucatear a educação nacional e tirar dos trabalhadores e da juven-

tude o direito à aposentadoria. Militantes da Juventude Revolução do PT e sindicalistas estiveram no local, conversando com os trabalhadores e passando o abaixo-assinado contra a destruição da Previdência, com ampla adesão.

Correspondente

Lava-Jato: tá tudo dominado!

A farsa do combate à corrupção é esquema de corruptos

Bolsonaro assinou um decreto (9.755) instituindo um “Comitê Interministerial de Combate à Corrupção” que abre brecha para que R\$ 9,3 bilhões oriundos de acordos com os EUA, a Petrobras e a Odebrecht sejam usados pela Força-Tarefa da Lava-Jato em Curitiba. Isso é hoje vedado por lei, tanto que a criação de um fundo que seria administrado pela Lava-Jato foi suspenso por liminar do Supremos Tribunal Federal (STF).

A bancada do PT na Câmara protocolou uma proposta de decreto legislativo para sustar o decreto de Bolsonaro.

Uma comissão da Câmara (CIASP) discutiu em audiência pública os fundos da Lava Jato, fruto de acordos que ela firmou (por cima e sem a anuência de autoridades competentes) com os EUA.

O procurador Dallagnol, convidado à audiência não apareceu. Já o representante da Advocacia-Geral da União denunciou quebra das regras orçamentárias em tais acordos. Por se tratar de dinheiro público, o valor das multas acordados “deveriam ser destinado ao Tesouro para que o Congresso defina se vai para Saúde, Educação ou Segurança...”

Investindo na delação

Enquanto isso, a CCR, empresa de concessões de rodovias, aeroportos e barcas, pagará R\$ 78 mil por ano,

por cinco anos, para 15 ex-executivos fazerem delações premiadas na Lava-Jato. A CCR é controlada pelas gigantes da construção civil Andrade Gutierrez e Camargo Correa, envolvidas em inúmeros casos de corrupção. Os acionistas minoritários da CCR protestaram, dizendo que a corrupção não os favoreceu, mas apenas os controladores da empresa – e agora terão de repartir esses gastos (totalizando R\$ 71 bilhões).

A própria subprocuradoria-geral da República estranhou a decisão

da CCR temendo que a verdade não venha à tona, pois soa como uma combinação para os executivos corruptores preservarem os controladores. Outros procuradores explicaram que a delação financiada não é um assunto normatizado pelo Ministério Público porque nunca se pensou que pudesse ocorrer. Portanto, sequer pode ser considerada uma ilegalidade, mas consideram-no um risco, por aumentar a possibilidade de omissão intencional de informações para não

desagradar os controladores.

Os advogados da CCR, alegam que “esse tipo de pagamento foi feito pelo menos em três acordos de delação e leniência em Curitiba, um deles, inclusive, homologado pelo juiz Sergio Moro.”

Mas o fato é que a empresa firmou contrato com seus 15 executivos comprometendo-os a falar apenas aquilo que interessa aos acionistas.

Alberto Handfas

“COMPLIANCE”, DÁ GRANA!

A Lava-Jato é parte de um modelo internacional impulsionado pelo governo e Justiça dos EUA de guerra judicial visando quebrar grandes empresas de países que concorrem com as estadunidenses. Em nome de uma campanha moralista anticorrupção, os Departamentos de Justiça e de Segurança Nacional (DoJ e DHS) criam acordos de cooperação (cooptação) com procuradores e juizes de outros países, que oferecem acusações contra as empresas de seus próprios países na justiça dos EUA.

Aí entra a indústria de governança corporativa (“compliance”) - para fazer auditorias milionárias - e de escritórios de advocacia de Wall Street. Há, inclusive, inúmeros casos que demonstram a promiscuidade entre o DoJ, o DHS, as altas cortes judiciais dos EUA e de outros países e tais escritórios privados.

Sandra Moser era da equipe de procuradores mo-

ralistas implacáveis da divisão Anticorrupção do DoJ, responsável pelos processos e acordos com a Petrobras, Odebrecht e Brasken. Foi ela quem assinou o acordo comprometendo a Petrobras a pagar US\$ 3 bilhões em indenizações para acionistas da empresa na bolsa de Nova York por se “sentirem prejudicados pela corrupção”... Eis que no final do ano, Moser deixou o DoJ e foi trabalhar no escritório Quinn Emanuel, para cuidar justamente da conta da Odebrecht.

No Brasil, um exemplo similar é o do procurador da Lava-Jato, Marcelo Miller, que foi contratado para representar um grande escritório privado americano, depois de ter sido a parte brasileira nas negociações da Embraer nos EUA. Outro exemplo é o da filha do ex-procurador Geral, Rodrigo Janot, contratada por um grande escritório de advocacia para atuar em defesa da OAS.

O vale tudo contra a Previdência

Só para começar: 40 milhões aos deputados, sigilo e manipulação de dados

Em 23 de abril, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara Federal aprovou, por 48 votos, contra 18, a admissibilidade da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de desmonte da Previdência. O governo previa que a votação fosse na primeira quinzena de março. Não conseguiu. Nem mesmo a bancada de seu partido, o PSL, desqualificada até para legislar em prol da política do chefe, com a qual estão de acordo, se fazia entender. Assim a votação na CCJ foi adiada por 3 vezes. Claro, vendo o patrão irritado, leia-se o capital financeiro, Bolsonaro colocou seu estafeta, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), em ação.

Segundo a Folha de S. Paulo, “líderes de cinco partidos governistas” confirmaram que o ministro da Casa Civil “ofereceu destinar um extra de R\$ 40 milhões em emendas parlamentares até 2022 a cada deputado federal que votar a favor da reforma da Previdência no plenário da Câmara”. Pronto! Além de serem favoráveis à reforma e com R\$ 10 milhões extras no bolso



Deputados favoráveis ao ataque à Previdência, comemoram o resultado da CCJ

por ano, a base da “nova política” aprovou a admissibilidade na CCJ. Agora a PEC segue para a Comissão Especial, antes de ir ao plenário.

Escondidinho

O assalto à Previdência, em benefício da especulação financeira, vem também acompanhado de ingredientes que camuflam e manipulam os dados.

Em março, o Ministério da Economia decretou sigilo sobre os dados

da PEC da Previdência, o que impede o acesso aos dados que sustentam a proposta. O que, segundo especialistas, fere a legislação.

O PT reagiu. Em nota, informa que o partido e outras legendas entraram com um mandado de segurança coletivo na Justiça Federal para exigir do Ministério da Economia e da Casa Civil a publicação dos dados. Humberto Costa, líder do PT no Senado, afirma que “é vergonhoso esconder

do cidadão o acesso aos dados econômicos que embasam o texto da reforma da Previdência. O presidente [da República] não sabe do que fala, e os aliados escondem o que não podem explicar”.

Ante a reação ao decreto, o governo liberou alguns dados, jogando mais na confusão. Os dados liberados não batiam com os anteriormente anunciados.

No jogo do escondidinho das informações sobre o desmonte da Previdência, em março, segundo matéria da FSP, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) desautorizou, através de uma circular, os seus funcionários a se manifestarem à imprensa sobre a reforma.

Vale tudo para acabar com o direito à aposentadoria pública e solidária, uma conquista da classe trabalhadora, para satisfazer a voracidade da especulação financeira. Isto é o que pretende o governo. Mas quem dará a última palavra é a luta em defesa da Previdência, que tem no calendário a greve geral de 14 de junho (ver páginas centrais).

STJ mantém Lula condenado sem provas

Pena foi reduzida, mas juiz de Curitiba acelera ida de outro processo para a segunda instância

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve Lula condenado sem provas, no processo do triplex de Guarujá, embora tenha reduzido sua pena para oito anos, dez meses e vinte dias. Ao noticiar o fato, a grande imprensa alertou: a redução significa que Lula poderá sair do regime fechado a partir de setembro. Será mesmo?

O julgamento mais uma vez ignorou que houve uma condenação política. Os ministros do STJ nem sequer autorizaram que a defesa do ex-presidente argumentasse. Diante de um sentimento crescente sobre a perseguição política disfarçada de processo judicial, os juízes apenas jogaram para a plateia, reduzindo a absurda pena, definida pelo ex-juiz Sérgio Moro (hoje ministro) em nove anos e depois aumentada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), a segunda instância, para 12 anos!

Por isso é duvidoso afirmar, como faz a nota da defesa de Lula, que “pelo menos um passo foi dado para debelar os abusos” da Operação Lava Jato, pois um tribunal teria, pela primeira vez, reconhecido que as penas aplicadas “foram abusivas”. Como essa mesma nota afirma, “o único desfecho possível é a absolvição do ex-presidente Lula”, pois abusiva é a

condenação sem provas!

Além disso, o podre Poder Judiciário trabalha de forma combinada. No dia seguinte à decisão do STJ, o juiz Luiz Antônio Bonat, substituto de Moro, acelerou o envio do segundo processo, o do sítio de Atibaia, para o TRF4. Caso esse tribunal confirme a outra condenação decidida em primeira instância, deixa de existir a possibilidade de Lula receber ainda neste ano a progressão para o regime semiaberto.

Como contraponto a essa movimentação política, e não jurídica, uma decisão da 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo determinou que a OAS e a Bancoop (responsáveis pelo prédio no Guarujá) restitua ao espólio de Marisa Letícia os valores pagos antes que ela desistisse da compra do apartamento. A decisão judicial confirma que Lula e sua mulher nunca foram proprietários do triplex nem receberam o apartamento como parte de propina.

Lava Jato e STF

Outro efeito da decisão do STJ é que, formalmente, Lula foi condenado agora por uma terceira instância. Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) for julgar a questão da legalidade de pri-

são após a condenação em segunda instância, poderá decidir sem que uma eventual deliberação contra a tese de prisão imediata signifique a libertação de Lula. Ainda que a Constituição defina que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. O “trânsito em julgado” ocorre quando não há mais possibilidade de recursos.

Por mais que haja diferenças e atritos entre a Lava Jato e o STF, acirrados nas últimas semanas, se há um ponto no qual estão todos bem afinados é a perseguição a Lula. Não por acaso, o presidente do Supremo, Dias Toffoli, adiou a apreciação da prisão

em segunda instância para depois do julgamento do STJ.

Ao saber da redução de pena, Lula declarou, por meio de seus advogados: “Não tem o que comemorar. A pena tinha que ser zero. A pena não tinha que existir”. Ele disse: “Fui preso politicamente e serei libertado politicamente pela luta do povo brasileiro”. Em entrevista posterior (ver abaixo), referindo-se ao ataque à Previdência, Lula disse “a hora de lutar é agora”. Na luta do povo contra a reforma da Previdência, toda força à campanha Lula Livre!

Cláudio Soares

“INIMIGO COMUM”

Se não há uma prova contra Lula, provas abundam de que ele é um preso político. Nota publicada do Estadão registra:

“A possibilidade do ex-presidente Lula deixar prisão ainda neste ano deixou em alerta militares de alta patente.

Os militares temem que, com liberdade para articular e receber visitas, o ex-presidente invista na criação de um novo ‘poste’ para futuras eleições.

De acordo com o jornalista Alberto Bombig, ‘o receio aumenta conforme os núcleos de poder da gestão Bolsonaro se digladiam e a avaliação do governo dá sinais de estar em viés de baixa’.

‘A ordem entre os militares é evitar disputas estéreis e se lembrar sempre de quem é o inimigo comum: a esquerda e o PT’”. (29/04)

Entrevista de Lula repercute em todo o mundo

Já no Brasil, na Globo e na Record, não se viu!

A entrevista concedida por Lula a Amônica Bergamo (Folha de S. Paulo) e Florestan Fernandes Jr. (El País) teve ampla repercussão nacional e internacional – embora a Rede Globo e a Record não tenham tocado no assunto. No YouTube, apenas uma das versões do vídeo tinha mais de 2,2 milhões de visualizações em 1º de maio.

A entrevista demorou sete meses para sair, depois que a juíza Carolina Lebbos proibiu Lula de ser ouvido. Em abril, o Supremo Tribunal Federal autorizou-a. A Polícia Federal ainda tentou montar um circo e constranger Lula, anunciando que convidaria outros jornalistas para participar. Foi necessária nova deliberação do Supremo para repor o óbvio: é Lula quem decide a quem concede ou não entrevistas.

Sobre as suas palavras, não é preciso concordar com tudo – por exemplo com a defesa da política do superávit fiscal primário para pagar a dívida, aplicada em seu governo – para reconhecer a importância do depoimento e de ter reafirmado a disposição de luta. Destacamos algumas questões ditas.



Entrevista na Polícia Federal de Curitiba onde Lula onde é mantido preso

Justiça

“Eu tenho tanta obsessão de desmascarar o Moro, de desmascarar o Dallagnol e a sua turma, e desmascarar aqueles que me condenaram, que eu ficarei preso cem anos, mas eu não trocarei a minha dignidade pela minha liberdade. Eu quero provar a farsa montada. Montada aqui dentro, montada no Departamento de Justiça dos EUA, com depoimento de procuradores, com filme gravado, e agora mais agravado com a criação da ‘Fundação Criança Esperança’ do Dallagnol, pegando R\$ 2,5 bilhões da Petrobras para criar uma fundação para ele.”

Previdência

“Eu tenho compromisso com esse povo. E eu estou vendo a obsessão que está acontecendo agora. De destruir a soberania nacional. De destruir empregos. De juntar R\$ 1 trilhão, para quê? Às custas dos aposentados? (...) Um país que não gera emprego, não gera salário, não gera consumo, não gera renda, quer pegar do aposentado e do velhinho R\$ 1 trilhão? O Guedes precisava criar vergonha. (...)

Estão tirando os nossos direitos. Estão desmontando, simplesmente destruindo os nossos direitos. Eles são destruidores do futuro

dos nossos velhinhos. (...)

Esse Guedes daqui a pouco vai embora. Na hora em que ele cair, vai morar nos EUA. Ninguém vai lembrar dele. Mas quem vai ficar com uma vida desgraçada são mulheres e homens que trabalharam a vida inteira nesse país. A hora de lutar é agora.”

Interferência dos EUA

“No dia em que eu sair daqui, eles sabem, eu estarei com o pé na estrada. Para, junto com esse povo, levantar a cabeça e não deixar entregar o Brasil aos americanos. Para acabar com esse complexo de vira-lata. (...)

Quem sabe um jornalista bem informado como você possa ir aos Estados Unidos saber qual é a intromissão do Departamento de Justiça americano nesse processo do Brasil. Qual é o interesse dos americanos na Petrobras. Você sabe qual é, mas temos que investigar. Temos que ir atrás. Eles nunca engoliram o fato de eu dizer que a Petrobras era nossa, que o petróleo era nosso, que o petróleo seria o passaporte do futuro (...).”

Eleições na Espanha

Por trás dos resultados, a crise do regime

Os resultados das eleições legislativas da Espanha, no domingo, 28 de abril, confirmaram a vitória do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) que vinha sendo apontada nas pesquisas. Mesmo se não foi um recorde, a participação atingiu o importante número de 75% do eleitorado, ultrapassando em 9% a quantidade de eleitores que foram às urnas nas eleições de 2016. O PSOE passou de 84 a 123 deputados, recuperando quase dois milhões de votos em relação a 2016.

Mas a chave para compreender o significado dessas eleições é o resultado dos três partidos de direita, notadamente do Partido Popular (PP) que desabou, perdendo a metade dos seus votos e passando de 137 deputados eleitos em 2016 para 66 agora. A imprensa dá grande destaque à entrada no Parlamento do partido de “extrema-direita” (Vox) mas se esquece de dizer que os três partidos de dimensões nacionais da direita têm as mesmas origens.

De fato, em 1976, alguns meses após a morte do general Francisco Franco (ditador da Espanha de 1938 a 1975), as diferentes facções franquistas constituíram, sob a direção de Fraga Iribarne (antigo Ministro do Interior de Franco) um partido chamado Aliança Popular. Em 1989 esse partido mudou de nome e passou a se chamar Partido Popular, sob direção de José Maria Aznar. Hoje, os três

partidos, Partido Popular, Cidadãos e Vox têm as mesmas origens. O principal dirigente de Vox, Santiago Abascal, por exemplo, foi deputado regional do País Basco pelo PP.

A pulverização da direita, facilitou a vitória do PSOE (vitória relativa porque precisará fazer acordos para montar o governo). Ao mesmo tempo, essa pulverização aprofunda a crise do regime. Com efeito, o PP era a representação “legítima” das instituições herdadas do franquismo e o principal sustentáculo da monarquia.

O jornal ABC, de 29 de abril, primeiro porta-voz da monarquia, não se engana quando afirma: “A Espanha está sob o risco de liquidação do consenso estabelecido pela transição (...), portanto, de liquidação do regime de 1978”¹

“Não passarão!”

Na noite das eleições, 28 de abril, em frente à sede do PSOE em Madri, na Rua Ferraz, a massa de militantes socialistas gritava a palavra de ordem tradicional contra o franquismo. Pedro Sanchez, Secretário Geral do PSOE, para tentar acalmar os espíritos, declarou: “Nós vamos estender a mão a todas as formações políticas



28 de abril: Pedro Sanchez discursa em Madri, após resultados eleitorais

Foto: Plau/Loi

que respeitem a Constituição”. A resposta da massa foi clara: “Não com Rivera!”. Tradução: Rivera é o Secretário Geral do partido Cidadãos que podemos caracterizar como a ala mais liberal e “moderna” do franquismo. Para os militantes socialistas e para os eleitores quase não há diferença entre os três partidos de direita. A palavra de ordem gritada pelos militantes expressa a aspiração da maioria que não quer nenhum acordo com os partidos de direita numa situação em que, face à derrota do PP, os porta-vozes do capital financeiro declaram que a melhor solução para a Espanha seria um governo PSOE/Cidadãos que, inclusive do ponto de vista parlamentar, daria uma maioria de 180 deputados sobre 350. Essa já era a posição do jornal inglês The Times da semana passada, reproduzida agora por jornais espanhóis.

Partidos que defendem a soberania dos povos também avançaram

Ao mesmo tempo que o partido Podemos caiu significativamente, passando de 71 para 42 deputados, progrediram bastante os partidos que, na Catalunha, no País Basco, na Galícia, colocam no centro o direito à autodeterminação dos povos.

A Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) que tomou distância do ex-presidente da Catalunha, Carlos Puigdemont, e da via unilateral para conquistar a independência, progrediu de nove para 15 deputados. No País Basco, os representantes dos antigos defensores da luta armada passaram de dois para quatro deputados. Paralelamente a essa progressão, nenhum partido nacional da direita espanhola conseguiu obter representação parlamentar no País Basco. Conseguiram apenas dois

deputados na Catalunha. Na Galícia, considerada como uma das regiões mais atrasadas politicamente, pela primeira vez a direita foi derrotada.

O combate pelos direitos sociais e democráticos

O resultado eleitoral mostra que foi dada uma maioria aos partidos que se reivindicam da classe operária e aos partidos que se reivindicam do direito à autodeterminação. Essa é uma aliança necessária para enfrentar o regime monarquista e seus representantes políticos. Todos os elementos estão dados para mostrar é possível realizar a junção entre a defesa do atual sistema de aposentadoria, o combate pela anulação das contrarreformas, do direito do trabalho e a defesa das liberdades, em particular pela anulação dos iníquos, perversos, injustos processos em curso contra os militantes catalães.

É isso que está em jogo no próximo período e que vai determinar a formação do próximo governo que deverá, sem dúvida, ser formado somente após as próximas eleições de 26 de maio. De fato, dia 26 ocorrerão as eleições para o parlamento europeu, das quais ninguém fala, mas nesse mesmo dia haverá eleições numa dezena de regiões e, principalmente, eleições municipais em todo o território da Espanha. Os porta-vozes da direita temem que essas eleições venham a ser um segundo turno e que sua derrota seja amplificada, principalmente nas grandes cidades.

Angel Tubau

DECLARAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA (POSI)

(Trechos)

Os franquistas foram derrotados nas eleições. Mantenhamos o combate pelos direitos sociais e democráticos.

O importante número de votos e o crescimento do número de deputados do PSOE não significam um voto de confiança da população aos dez meses de governo de Pedro Sanchez (iniciado em junho de 2018) que não concretizou uma boa parte das promessas que a classe operária e a juventude esperavam depois que a moção de censura de 31 de maio de 2018 derrubou o governo Rajoy (PP).

O resultado do PSOE se completa com os milhões de trabalhadores e jovens que, com mais ou menos ilusões, votaram por outras organizações que se reivindicam da esquerda. Os trabalhadores não querem que se mantenha uma política franquista, eles não querem um acordo para formar um novo governo com um ou outro dos setores do franquismo. Esse é o sentido da palavra de ordem “Não com Rivera!”.

De imediato, tudo vai depender da atitude das organizações operárias e democráticas, de sua disposição para forjar a mais ampla aliança para combater unificadamente em defesa das reivindicações sociais e democráticas, pela anulação dos processos políticos contra os Catalães, abrindo a via a uma profunda mudança política, à República.

Desde as fábricas e locais de trabalho, dos bairros, das escolas, das instâncias sindicais, é preciso multiplicar as mobilizações e os pronunciamentos para exigir que seja formado um governo que respeite o mandato popular e satisfaça as reivindicações dos trabalhadores, da juventude e dos povos.

1 - 1978 é o ano da promulgação da Constituição que restaurou a monarquia e preservou setores inteiros das instituições franquistas.

Venezuela: fracassa nova tentativa de golpe

Mas a situação segue tensa, exigindo medidas efetivas por parte de Maduro

Ao longo de todo o dia 30 de Abril, desde as 6 horas da manhã quando o “autoproclamado” Guaidó, acompanhado do líder de seu partido (Vanguarda Popular) Leopoldo Lopez, que escapou de sua prisão domiciliar, anunciaram o “fim de Maduro” e que as forças armadas estavam do seu lado, até o fracasso dessa nova tentativa de golpe no país vizinho, confirmada pelo pedido de asilo de militares e do próprio Leopoldo em embaixadas, estivemos em contato com companheiros venezuelanos do Coletivo Trabalho e Juventude (membro do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos), como o deputado constituinte Raúl Ordoñez, que enviaram mensagens dando conta da situação em Caracas e outros pontos da Venezuela. O que nos permitiu ter um quadro mais fiel aos acontecimentos no país, que nos grandes meios de comunicação eram vergonhosamente falsificados e manipulados.

Já ao final da tarde do dia 1º de maio, ouvimos Alberto Salcedo, sindicalista em Maracaibo (segunda cidade do país e capital do Estado Zúlia, fronteira com a Colômbia), que fez um balanço da situação.

1º de Maio contundente rechaça golpistas

“Neste 1º de Maio tivemos uma impressionante e contundente mobilização do povo trabalhador em Caracas, a maior já ocorrida desde que Maduro é presidente, em contraste com as marchas convocadas por Guaidó que foram limitadas aos bairros de classe média alta, mesmo assim abaixo de



No 1º de maio o povo trabalhador chavista ocupa as ruas em defesa da nação contra o golpe

mobilizações anteriores da direita, e fracas também em outros pontos do país.

Centenas de milhares marcharam nesta quarta-feira no Dia do Trabalhador, contra o golpe e a ingerência dos Estados Unidos, Colômbia e seus aliados, respaldando Maduro que encabeçou o ato. Em seu discurso, o presidente revelou detalhes da tentativa golpista, afirmando que apresentará provas sobre os traidores que colaboraram com ela.

Assim, Maduro sai fortalecido neste momento e convoca para 5 e 6 de maio um diálogo com os movimentos populares, com as bases do PSUV

(partido criado por Chávez, NdT) e com sindicatos, para que digam o que é preciso corrigir ou modificar na política do governo, apresentando críticas e propostas de saída para a crise em que está mergulhado o país.

Mas é preocupante que sobre a política econômica ou mudanças de ministros, Maduro não tenha feito qualquer anúncio. Diante de uma inflação que enlouqueceu, o simples aumento de salários e abonos se evapora em poucas horas. Neste sentido, as medidas que propusemos no manifesto para o 1º de Maio (ver abaixo), seguem atuais, sob pena de entrarmos num beco sem saída.

Voltando à tentativa de golpe, tratou-se de uma ação envolvendo grupúsculos de militares em que há aspectos ainda obscuros. Por exemplo, a participação do diretor do Sebin – que é a polícia política na Venezuela – no episódio, em particular no aparecimento público de Leopoldo Lopez. O que pode ter relação com as declarações de John Bolton (conselheiro de Segurança nacional de Trump, NdT) de que havia um acordo com setores militares para derrubar Maduro e que existiriam conversações com altos chefes das Forças Armadas.

De toda forma, os golpistas esperavam que uma grande mobilização popular os apoiasse, o que não ocorreu, e ademais os acontecimentos do dia 30 impactaram negativamente também as marchas opositoras previstas para o 1º de maio.”

A situação no momento

Na manhã de 2 de maio, no fechamento desta edição, Nicolás Maduro falou aos venezuelanos em cadeia nacional desde o Forte Tiúna, principal quartel da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). O presidente

estava ao lado do ministro da Defesa, general Padrino López, e diante de 5 mil soldados denunciou “os que se vendem aos dólares de Washington para trair o país”, destacando que a maioria dos oficiais que apoiou a ação golpista foram “enganados”.

O fato é que Guaidó não está preso ainda, e volta e meia aparece em bairros ricos da capital ou nas redes sociais convocando a continuidade de manifestações pela queda de Maduro.

Lauro Fagundes

BOLSONARO SEGUE APOIANDO GUIDÓ

Diante da evidência de que o intento golpista de 30 de abril havia fracassado, Bolsonaro disse a jornalistas sobre seu amiguinho Juan Guaidó: “Não tem derrota nenhuma. Eu até elogio, reconheço o espírito patriótico, democrático que ele tem por lutar por liberdade em seu país”.

Já os milicos que ocupam postos chave em seu governo foram mais realistas, admitindo que a operação, claramente comandada desde Washington – basta ver as declarações de assessores de Trump sobre a Venezuela, onde eles demonstram desapontamento pelo “recuo” de gente grávida que teria se bandeado para eles –, tinha sido isolada e controlada.

Bolsonaro ainda afirmou que qualquer decisão de intervenção militar no país vizinho seria decidida “exclusivamente” por ele, o que desagradou não só os generais que se opõem a isso, como Mourão e Heleno, mas até o presidente da Câmara Rodrigo Maia, pois qualquer decisão nesse sentido teria que ser aprovada pelo parlamento, e não ser “exclusiva” do presidente.

A luta em defesa da soberania da Venezuela contra a agressão imperialista que vem sofrendo – com bloqueio econômico e ameaça de intervenção militar – é assim inseparável da luta contra o próprio governo Bolsonaro que se alinha servilmente à política ditada por Donald Trump. Tirem as patas da Venezuela, Trump e seus lacaios!

MANIFESTO PARA O 1º DE MAIO

O Coletivo Trabalho e Juventude havia lançado, antes da tentativa de golpe de 30 de abril, um manifesto para o 1º de Maio, intitulado “Mobilização do povo trabalhador contra a ingerência imperialista, em defesa da nação; Recomposição dos salários e respeito às nossas conquistas”. O manifesto continua atual para enfrentar a profunda crise em que o país foi mergulhado dado o bloqueio econômico comandado pelo governo de Donald Trump, acompanhado por governos seus lacaios no continente reunidos no “Grupo de Lima”.

“Nos opomos àqueles que pretendem subordinar os interesses dos trabalhadores à abstrata defesa dos interesses nacionais da ‘burguesia patriota’, que pretendem que renunciemos a nossas lutas (...).

Para os trabalhadores defender a nação é defender a nós mesmos. A defesa da nação deve estar vinculada à luta para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, retirando a enorme carga da crise de suas costas e colocando-a nos ombros do capital (...).

Para garantir nossas reivindicações e ao mesmo tempo defender a nação e sua soberania, é preciso que os trabalhadores nos organizemos em nosso próprio terreno de forma independente, pois não há socialismo sem que a classe trabalhadora seja protagonista no processo de transformação econômica, social e política da sociedade, assumindo a vanguarda na luta por uma verdadeira democracia, pela soberania nacional e pela ruptura completa com o imperialismo e o capital.”

A íntegra do manifesto pode ser lida em:

<http://colectivo-eltrabajador.blogspot.com>

“A Argélia não será monarquia nem caserna!”

A onda de manifestações pelo fim do regime não pára

Outra sexta-feira e milhões de pessoas foram às ruas em toda a Argélia.

Elas reafirmaram a exigência de fim do regime: “Fora todos”. Diante das manobras, notadamente do chefe do Estado-maior do Exército, surgiu uma nova palavra de ordem: “A Argélia não será uma monarquia, nem uma caserna!”. As forças do regime, com o apoio do imperialismo, tentam uma transição que assegure a sua continuidade, numa eleição presidencial em 4 de julho. Para isso o regime chamou todos os partidos a uma conferência sobre a

“transição”. O Partido dos Trabalhadores anunciou que não participaria. No dia 22 de abril ela foi cancelada por falta de participantes, o que expressa a decomposição do regime.

No dia 17 de abril, convocados por algumas instâncias da UGTA (União Geral dos Trabalhadores), milhares de sindicalistas se reuniram em frente à sua sede em apoio à mobilização para destituir o regime e, portanto, também o secretário da UGTA, que é parte integrante dele.

Leia abaixo a reportagem do ato publicada no órgão do PT, “Frater-

nitê!”, na qual sindicalistas ligam as reivindicações democráticas às exigências econômicas e sociais. De fato, numerosas greves ocorrem nos quatro cantos do país, em indústrias importantes e pequenas empresas. O diário online “TSA” revela preocupação pelo “pior” que pode ser provocado pelas autoridades: “O menor dos riscos seria ver as ruas optarem por outros meios de luta, que nenhuma força poderá reprimir. O maior, ao seu alcance, é a greve geral.”

Em 22 de abril, por ordem do Estado-maior, houve uma série de

prisões seletivas de empresários e políticos para desviar a exigência de fim do regime e, ao mesmo tempo, ameaçar.

Em 23 de abril, novamente milhares de estudantes saíram às ruas. O coletivo pela reapropriação da UGTA, que chamou o ato na sede da central, lançou um chamado a todos para manifestarem-se em massa em Argel no 1º de Maio. Os sindicatos autônomos anunciaram se juntar ao apelo.

De Informações Operárias,
Paris, 25 de abril

Milhares diante da sede nacional da UGTA

Trabalhadores levantam suas bandeiras diante da histórica central sindical

17 de abril, milhares responderam ao chamado de instâncias sindicais regionais e da Federação da indústria mecânica da UGTA.

Diante da burocratização da central sindical e a política de sua direção, um movimento de recomposição há muito tempo latente, veio à tona com o processo revolucionário de 22 fevereiro (o início das manifestações - NdT). A faísca que provocou o incêndio foi a tentativa de impor o quinto mandato de Abdelaziz Bouteflika, sinônimo do agravamento das condições de vida da maioria.

O secretário-geral da UGTA, Sidi Saïd, tentou jogar um papel decisivo para impor aos trabalhadores o quinto mandato que consagraria a oligarquia. Suas ameaças aos trabalhadores que não votassem na eleição presidencial prevista para 18 de abril (mas abortada pelo povo), seu extemporâneo comício eleitoral em 24 de fevereiro, sua proximidade ostensiva com o governo e o ex-chefe do patronato, com o qual assinou em 2018 um vergonhoso acordo de retorno à política de privatização, acompanhado de medidas disciplinares contra sindicalistas honestos, criaram uma revolta sem precedentes.

Em 17 de abril, mesmo após apelos à dispersão, os manifestantes, insatisfeitos, permaneceram por horas em frente a UGTA, ameaçando voltar todos os dias até a demissão do secretariado nacional da central.

O secretário geral da regional da UGTA de Béjaïa, Aziz Hamlaoui, ameaçou radicalizar: “se necessário, vamos ocupar todos os dias a sede da central sindical e convocaremos uma greve geral que paralisará o país”.

Gacem Djillali, empregado intermediário, aposentado da Caixa Nacional da Poupança Popular (CNEP), após 39 anos de trabalho, com uma pensão equivalente a 3

salários mínimos, culpa a política injusta em vigor:

“Não estamos pedindo aumento de nossas pensões, mas uma redução de imposto de renda que corrói nossas aposentadorias. Não conseguimos mais satisfazer as necessidades elementares de nossas famílias, cujos filhos estão muitas vezes desempregados”.

Boubakeur Samir, sindicalista de Alfapipe (tubos) que veio da região de Annaba:

“Nossa grande preocupação é a empresa estatal de petróleo (Sonatrach) que se recusa a nos atribuir contratos públicos. Os projetos são entregues no balcão de negócios aos oligarcas, incluindo o chefe do FCE (Fórum dos Chefes de Empresa-NdT) que montou uma empresa de tubos de petróleo. Ele ganha os projetos e não cumpre os prazos estabelecidos. Apesar da concorrência desleal, nossa empresa empregou 120 jovens em Annaba e 200 em Ghardaïa”.

Rahmane Amar, presidente do comitê de empresa de Alfapipe:

“Em vez do secretário-geral da UGTA defender os trabalhadores e as empresas públicas, ele passa seu tempo ajoelhado diante do governo, se esforçando para satisfazer o que o patronato deseja. Patronato, aliás, que recusa a criação de sindicatos de trabalhadores”.

Um trabalhador do setor têxtil (Alfaditex), província de Béjaïa:

“Em nossa empresa o salário base está abaixo do salário mínimo nacional. Nós não paramos de lutar para melhorar nossos salários, mas sem resultado até agora. Não temos tido apoio da central sindical”.

Madjid Djillali, sindicalista dos municipais (Zekri, província

de Tizi-Ouzou):

“Precisamos retomar o direito à aposentadoria antecipada após 32 anos de serviço e 50 anos de idade. Não entendo por que reter os trabalhadores enquanto a população argelina é majoritariamente jovem. Comecei a trabalhar aos 17 anos e tenho 34 anos de serviço. Já contribuí bastante (32 anos), por que continuar a contribuir anos extras sem qualquer impacto sobre minha futura aposentadoria? As autoridades afirmam que não há dinheiro, mas o país é rico. Ele é pilhado pelos homens de negócios do poder, os franceses e os americanos”.

Touahri Rezig, sindicalista da Educação Nacional (Béjaïa).

“O secretário-geral da UGTA acaba de suspender ilegalmente os quatro secretários-gerais das regionais que convocaram esta manifestação, porque

exigem a independência da central. Viemos aqui dizer a ele: ‘você e a camarilha do seu secretariado nacional é que terão que sair!’ A UGTA é um sindicato histórico criado no calor da guerra de libertação nacional por homens dignos, como seu primeiro secretário-geral, Aïssat Idir, assassinado pelo colonialismo francês. Nós somos dessa linhagem de revolucionários e não dessa a que pertence Sidi Saïd e seus amigos, que se movem por interesses mesquinhos”.



17 de abril: Manifestação em frente a sede da UGTA

Assine O TRABALHO ★

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br